



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: Família e Género

REDES SOCIAIS EM FAMÍLIAS ANÓNIMAS: TIPOS E FUNÇÕES

RAMOS, Carla da Silveira

Doutoranda em Sociologia

ISCTE-IUL

carla_ramos@live.com.pt

Resumo

No âmbito do projeto de pesquisa realizado para provas de mestrado, entretanto concluído, estudámos as famílias de pessoas com adições (Famílias Anónimas), tendo construído uma tipologia de redes que caracterizam as suas sociabilidades no presente. Este texto, que aborda as principais conclusões do estudo realizado e a tipologia de redes sociais destas famílias, aferiu não somente como são as redes sociais destas pessoas como também qual é o papel das Famílias Anónimas nestas redes. Os capitais sociais, económicos e culturais (escolarmente comprovados ou não) foram fatores de ponderação.

Numa conjuntura de crise, com a consequente falência acentuada do estado-providência, saltou à vista a importância dos apoios/ajudas informais de certas comunidades de indivíduos. As Famílias Anónimas, grupos de auto-ajuda para familiares de toxicodependentes, constituem um exemplo notório de um elo de certas redes sociais que apoiam alguns indivíduos e que têm um papel fulcral para a sua coesão e integração em sociedade. Estes modos de sociabilidades primárias, que têm origem na sociedade informal e aos quais subjaz uma profunda hibridez, vêm muitas vezes substituir as funcionalidades do estado-providência.

Abstract

In a research context for masters' degree, which was meanwhile concluded, we studied individuals of addicted families (Families Anonymous) and we constructed a networks typology characterising their present sociabilities. This text treats the principal conclusions of the research described and the social networks typology of these families. We considered not only how these individuals' networks were but also what was the role of Families Anonymous in those networks. The social, economic and cultural (scholarly proved or not) capitals were reflection factors.

In a crisis conjuncture, with the consequent strong failure of the welfare state, it's obvious the importance of informal supports/aides given by certain communities of individuals. Families Anonymous, self-help groups for addicted families, constitute a notorious example of a link between certain social networks, which support some individuals and have an essential role in their social cohesion and integration. These forms of primary sociabilities, coming from the informal society and surrounded by a profound heterogeneity, often take the place of the welfare state functions.

Palavras-chave: Famílias Anónimas, estado-providência, trajetórias, redes sociais

Keywords: Families Anonymous, welfare state, trajectories, social networks

PAP0072

Introdução

Estamos em crise. Esta falência do estado-providência, e a consequente dificuldade de assegurar apoios aos seus cidadãos, obriga à reformulação de certos quadros teóricos, ao mesmo tempo que nos confrontamos com a emergência de contributos teóricos que enfatizam o reaparecimento das redes sociais e a importância do capital social. Estes contributos teóricos emergem contrapondo as perspetivas teóricas que vieram prevalecendo nas ciências sociais no quadro das sociedades da modernidade avançada. O individualismo, o risco e a incerteza constituíam os fundamentos destas teorias da ‘modernização avançada’ (Beck, Giddens & Lash, 2000), aos quais acresceu a importância do projeto individual (Burns & Flam, 2000).

Tomando em consideração estes cenários de mudança, equacionámos um quadro teórico que fez interagir três eixos teóricos: (i) individualismo (Toffler, 1984), problematizado nas teorias da modernidade avançada, enquanto quebra moderna dos laços sociais; (ii) redes sociais (Castells, 2002), que assentou num ‘campo de possibilidades’ (Velho, 1997), vindo defender que os indivíduos nutrem mais ou menos intensamente os seus laços sociais; (iii) estado-providência, neste contexto societal e teórico, os estados-providência são o pano de fundo (por isso mesmo, constituem o primeiro ponto do quadro teórico).

O papel dos estados-providência foi marcado por diferentes histórias e temporalidades. Mas, de um modo geral, algumas dezenas de anos depois do pós-guerra ocorreu um enfraquecimento dos estados-providência (Commaille, 1996). Segundo as teorias da modernidade avançada, o individualismo acentuou esta mudança no papel do estado-providência, pois os indivíduos dedicam-se única e exclusivamente ao seu projeto individual, e é esperado que preencham isoladamente as suas carências de apoio. Conforme as teorias do capital social e das redes, as funcionalidades de apoio do estado-providência enfraquecido são substituídas pelos laços entre os indivíduos (Coleman, 1990). Encontramos aqui uma controvérsia, que tem como pano de fundo os estados-providência, entre as análises da modernidade avançada e as análises do capital social e das redes.

Pretendemos discorrer deste contraste social e teórico. Deste modo, surgiram como perguntas de partida para a tese de mestrado a preocupação de conhecer as configurações das redes dos indivíduos (Widmer, 2006, 2010) que frequentam as Famílias Anónimas (FA) e reconhecer a importância que estas FA têm nessas redes: (i) Como são as redes destas pessoas? (ii) Qual a importância das redes FA nas suas redes sociais e na estruturação da vida destas pessoas?

Quisemos encontrar resposta para as perguntas-de-partida estruturando um objeto de estudo que procurou relacionar redes sociais, biografias individuais e estado-providência. Centrámos-nos assim nestes três eixos que dão corpo às teorias que acabámos de referir. E pretendemos aferir em que medida com a falência do estado-providência estamos a assistir à consequente maior importância das redes de relacionamento. Construímos uma tipologia composta por cinco tipos-ideais: redes lassas, redes casualistas, redes prováveis, redes imediatistas e redes expressivas.

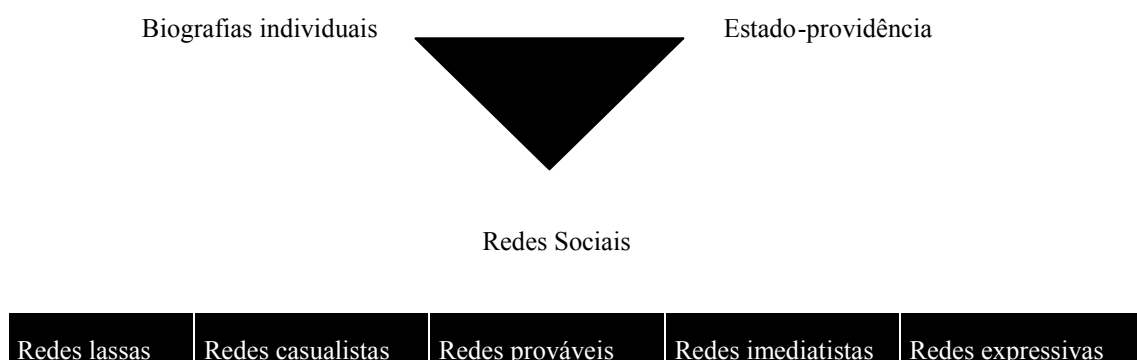


Figura 1 Modelo de Análise

Utilizámos uma metodologia qualitativa ancorada em observação direta e observação participante nas sociabilidades das pessoas das FA, mantendo contacto com estas pessoas nas reuniões das FA e fora destas. Para além disso, realizámos 16 entrevistas semi-diretivas. Das entrevistas realizadas vou seleccionar cinco entrevistados. Ilustro nos casos os tipos de redes sociais e a importância das FA nestas redes. Em conjuntura de crise dos estados-providência importa melhor equacionar respostas efetivas para as lacunas nos (maiores ou menores) apoios que eram prestados por estes. Com a falência dos estados-providência estamos perante a importância das redes senão familiares outras?

1. – Quadro Teórico

1.1.– Estado-providência

É importante convocar um primeiro eixo teórico. A compreensão do indivíduo num contexto social em que este enquanto cidadão pode receber mais ou menos apoio do Estado. As teorias que discutem a questão das políticas públicas não deixam passar em branco as mutações sociais, demográficas, familiares, do papel do Estado e, muito particularmente, aquelas que trouxeram consigo a crise do estado-providência. Crise esta que agora se acentuou fortemente na Europa e na América.

O estado-providência, que nos acompanhou na compreensão das sociedades desde a Segunda Guerra Mundial, apresentou diferentes formas e graus de desenvolvimento nas sociedades europeias, mas com maior ou menor grau ele tem estado presente nestas sociedades (Hantrais & Letablier, 1996a). Daqui deriva que se tem partido do pressuposto de que o indivíduo é autónomo, se basta a si próprio e quando isso não acontece tem o (maior ou menor) apoio do estado-providência.

O estado-providência atingiu o auge entre o final da Segunda Guerra Mundial e os 50 anos que se seguiram (ou entre os anos 40 e os anos 90 do século passado), nos países nórdicos e britânicos (Hantrais & Letablier, 1996a). Países onde o estado-providência era grandemente regulador ou protecionista, prestando apoios significativos aos seus cidadãos. A jusante do crescimento demográfico e do desenvolvimento económico do pós-guerra, assistia-se ao pleno emprego masculino, à subida dos padrões de consumo e à produção em massa (Crompton, 2006), para além disso decorria uma forte sinérgide entre estado e mercado; tudo isto no âmbito do compromisso fordista (Kaufmann, 1996). Muitos países pensavam usar as políticas familistas como meios de redistribuir os rendimentos, quer horizontalmente, dos indivíduos e casais sem filhos para aqueles com filhos e o mesmo rendimento, quer verticalmente, dos indivíduos e famílias com altos rendimentos para aqueles com baixos rendimentos, geralmente atingindo famílias menos favorecidas (Hantrais & Letablier, 1996a, 1996b).

Com os anos 90, começaram a desenhar-se ou a desenvolver-se novas questões sociais, demográficas e familiares que se constituíram em torno de problemas do estado-providência: (i) problemas sociais, como a entrada (ainda maior) das mulheres no mercado de trabalho (Commaille, 1996; Commaille & Singly, 1997) – traço do fordismo e da crise que se lhe seguiu – e consequente externalização das tarefas do cuidar, para além da internalização já existente (Kaufmann, 1996), aumento das desigualdades sociais e económicas (Commaille & Martin, 1998); (ii) problemas demográficos, como a diminuição dos índices de fecundidade e de mortalidade e o intrínseco aumento do envelhecimento populacional (Commaille, 1996; Commaille & Singly, 1997); (iii) problemas familiares, como novas estruturas da casa e da família, o surgimento de múltiplas combinações conjugais, o aumento do número de divórcios, a diminuição do número de casamentos (Commaille & Singly, 1997). Estes problemas motivaram uma crise dos estados-providência que deixaram de assegurar parte dos maiores ou menores benefícios que até ali tinham sido o seu apanágio. Esta situação política e social repousa numa *‘normatividade gestionária’* (Commaille, 1996), isto é, repousa numa intervenção pública sem mais diretrizes, mas aplicada efetivamente a gerar pouco a pouco, de modo pragmático, questões familiares, sociais, problemáticas. A *‘miséria da família’* é assim inseparável da crise dos estados-providência (Commaille, 1996).

Relativamente ao caso português, segundo Santos (1998), não encontramos um verdadeiro estado-providência, mas antes um *quasi* estado-providência. As funcionalidades de apoio que este desempenha são

praticamente inexistentes e estão também relacionadas com o clientelismo e os grandes interesses económicos, Santos (1998) aponta o exemplo da entrada na UE. No que concerne à comparação entre as famílias mais e menos favorecidas, tem-se constatado que em Portugal tem menos quem mais precisa, nomeadamente quando referimos os apoios do Estado (Torres & Silva, 1998; Wall, 2005; Wall, 1995; Wall, José & Correia, 2002). Tal como Sorlescu, Ivanescu e Ivanescu (2010) vieram defender a respeito da Roménia, o bloqueio financeiro que se estendeu à economia portuguesa não vai desaparecer tão depressa. As crescentes desigualdades globais e sociais tornam a recuperação dos países dependentes pesada, bem como aumentam grandemente as diferenças entre indivíduos menos e mais desfavorecidos.

A força dos estados-providência, ou o grau de apoios que prestam, envolvem diferentes histórias e diferentes temporalidades. As diferentes histórias oscilam em torno das trajetórias dos países, a Revolução Industrial, por exemplo, não ocorreu em todos os países ao mesmo tempo; e as diferentes temporalidades variam com os quotidianos dos seus habitantes, como sejam os modos de divisão do trabalho pago e não pago.

1.2. – Individualismo

É interessante convocar um segundo eixo teórico. O entendimento do indivíduo como sendo a causa preponderante do seu projeto individual, mediante um contexto de individualização e, consequentemente, de individualismo. Importa então chamar à análise aquelas que podem ser denominadas as teorias da *‘modernização avançada’* (Beck, Giddens & Lash, 2000) ou as teorias da modernidade avançada.

As teorias da modernidade avançada problematizaram enormemente o conceito de risco (Beck, 1992; Lash, 2000) e vieram defender que as sociedades atuais se compõem por uma panóplia de riscos ou perigos (sociais, políticos, ecológicos e individuais). Para contornar estes riscos ou perigos, os indivíduos são forçados a tomar constantemente decisões. Estas decisões inadiáveis motivam o crescimento das adições e compulsões (Beck, 1992; Giddens, 1989), exatamente devido ao seu carácter obrigatório e contínuo. As *‘consequências da modernidade’* (Giddens, 1996) motivaram novas formas de sujeição e inseguranças, como sejam os percursos erráticos. Estes últimos são uma das componentes menos positivas da individualização (Beck, Giddens & Lash, 2000, Giddens, 2007), a montante ou a jusante do individualismo ou da quebra de laços e de redes sociais.

Por um lado, a individualização pressupõe individualismo, isto é, pressupõe que ocorreu uma restrição das estruturas comunais e coletivas, surgindo uma quebra dos laços de solidariedade e firmando-se os grupos num conjunto de laços vagos e atomizados (Beck, Giddens & Lash, 2000). O que implica que os indivíduos estejam sós e sem precisar dos outros. Daqui decorre que certos indivíduos podem procurar nas drogas o preenchimento relacional que não encontram nas suas redes sociais, ainda mais se tomarmos em consideração a estigmatização dos consumidores de drogas (Escohotado, 2004; Neto, 1990; Olievenstein, n.d.; Patrício, 1996; Xiberras, 1997). Por outro lado, a individualização assenta na criação individual de biografias que podem não ser bem sucedidas, mas que são seguramente mais exigentes nos méritos e capacidades de cada um por si só (Beck, 2000; Beck & Beck-Gernsheim, 2001). É nesta sequência que os indivíduos investem isolada e fortemente no seu projeto individual (Burns & Flam, 2000; Zimmerman & Pollner, 1990), o que suscitou uma denominação do quotidiano individual de *‘life of one’s own’* (Beck & Beck-Gernsheim, 2001).

As teorias da modernidade avançada colocam enfoque nos percursos erráticos, associando-os aos riscos ou inseguranças e às inerentes tomadas de decisão constantes (Beck, Giddens & Lash, 2000, Giddens, 2007). Se as tomadas de decisão são otimizadas por forma a combater os riscos ou inseguranças em presença, então as biografias são bem sucedidas. Estas sociedades que primam pelo individualismo (Toffler, 1984) e que são mais exigentes nos méritos e capacidades dos indivíduos, podem motivar comportamentos aditivos e, com estes, carências para os familiares dos toxicodependentes que ocultam os seus consumos, sempre que é economicamente possível (Torres & Lito, 2008).

1.2. – Redes sociais

É importante convocar também um terceiro eixo teórico. A análise do indivíduo enquanto componente mais ou menos integrada de um complexo socialmente interacional. As teorias do capital social e das redes desenvolvem reflexões interessantes e incontornáveis a este respeito, surgiram em torno da discussão teórico-empírica dos aspetos reticulares da modernidade e procederam a uma análise sociologicamente pertinente e inovadora.

O capital social tem sido definido por vários autores, mediante tipos de análise diferenciados. Uns utilizam uma análise mais micro, como é o caso de Coleman (1990), e outros fazem uso de uma análise mais macro, é o exemplo de Putnam (2000). Bourdieu (1980: 2) definiu o capital social como “(...) *o conjunto dos recursos atuais e potenciais que estão relacionados com a posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e interreconhecimento (...)*”. Segundo Coleman (1990), o capital social define-se por intermédio da sua função e, por isso, é gerador. Putnam (2000) chamou a atenção para que o capital social está encerrado nas relações que os indivíduos possuem uns com os outros e nas redes sociais, normas de confiança e reciprocidade que derivam daquelas relações. A definição de Putnam (2000), fê-lo concluir que o capital social denso e coeso é uma forma de empoderamento da participação cívica.

As teorias do capital social são inseparáveis das teorias das redes, Bott (1971) principiou esta discussão teórica e fez interagir a divisão conjugal das tarefas com as redes sociais dos casais, tendo encontrado dois tipos ideais de redes sociais e concluído que quanto mais acentuada era esta divisão mais redes os casais possuíam. Pelo contrário, quando os casais apresentavam uma divisão partilhada de tarefas continham também ‘*redes de malha frouxa*’ ou redes de relacionamento diminutas. As conclusões de Bott (1971) foram refutadas por análises sociológicas mais recentes (Aboim & Wall, 2002; Aboim, 2006; Kellerhals, 2004; Kellerhals & Widmer, 2007), mas vieram enfatizar a importância das redes sociais e da sua articulação com variáveis pertinentes (têm sido explorados os capitais económicos e culturais, entre outras). Variáveis estas que influenciam as redes quanto à densidade, motivando redes mais ou menos preenchidas de laços ou relações (Attias-Donfut, 1995; Coenen-Huther, Kellerhals & Allmen, 1994; Vasconcelos, 2002, 2005), bem como quanto à natureza dos laços, promovendo redes compostas de indivíduos afins económica e culturalmente (Bourdieu, 1989, 1997).

Kellerhals e McClusley (1988), realizaram uma construção ideal típica dirigida para as redes de apoio de famílias urbanas e fizeram salientar que estas são partilhadas conjugalmente, podendo, exatamente por isso, não satisfazer as necessidades encontradas. Segundo Widmer (2006, 2010), as ajudas/apoios podem ser intensamente prestadas pelas redes amicais e, quando isso acontece, estes indivíduos são considerados familiares, segundo o conceito de capital social *bridging*. Portugal (2006) procedeu às mesmas premissas conclusivas através de construção ideal típica.

Foram assim contributo importante para esta análise, desde a metodologia, ao objeto analítico e ao quadro teórico, Bott (1971) que apresentou a tipologia “*redes frouxas*” e “*redes estreitas*”, Kellerhals e McCluskey (1988) que apresentaram a tipologia “*rede das intimidades*”, “*rede de solidariedade*” e “*rede de autoproteção*” e Portugal (2006) que apresentou a tipologia “*redes afinicas*”, “*redes encapsuladas*”, “*redes abertas*” e “*redes seletivas*”.

1.4. – Articulação dos três eixos teóricos

Os três eixos teóricos que nos propomos estudar para compreender os indivíduos pertencentes às FA são estado-providência, individualismo e redes sociais. É por intermédio da articulação destes três eixos teóricos que deixamos transpirar confirmações ou, pelo contrário, crispações das teorias sociológicas contemporâneas a este respeito.

Conforme Commaille e Martin (1998), a individualização veio motivar uma ‘*democratização da vida privada*’ ou o cumprimento de uma aspiração de autonomização na (inter)relação entre ordem política e ordem familiar, o que significa que os dois mundos quase não se interceptam e o estado-providência apoia menos as suas famílias. Os indivíduos começaram a possuir livre escolha, fações de decidir e de nutrir os

seus universos privados semelhantes a uma emancipação ocultadamente individualista ou, até, egoísta. Daqui decorre o forte investimento no projecto individual (Burns & Flam, 2000) ou a *'life of one's own'* (Beck & Beck-Gernsheim, 2001). Importa sustentar a reflexividade política, ou o conhecimento das insuficiências do político, na família, que se apresenta como suscetível de para isso contribuir (Commaille & Martin, 1998). Esta ideia vem reforçar a importância de não proceder a divisões rígidas entre privado e público, familiar e não familiar, questões sinuosas e subtis (Kauffman, 1996).

Para os autores das teorias da modernidade avançada somos mais individualizados, o que acarreta maior isolamento, mas outros autores houve que vieram notar que as novas tecnologias da informação expandiram os laços entre os indivíduos, apontando uma alternativa ao conceito de individualização. A *'sociedade em rede'* de Castells (2002) que fortificava e aumentava o contacto com as redes entrou no circuito científico. O individualismo das teorias da modernidade avançada foi algo contestado ou questionado; pelo menos, posto em causa. As teorias das redes sociais pensam que a maneira reticular do indivíduo se relacionar intensifica os primeiros modos de relacionamentos desenvolvidos no interior das redes sociais. Os indivíduos sentem vontade e necessidade de estar em rede e estão mais completos socialmente quando as redes são amplas e coesas (Putnam, 2000). Estes vão encontrar nas redes um substituto funcional dos apoios prestados por um estado-providência enfraquecido (Coleman, 1990).

Segundo Santos (1998), que veio de certo modo corroborar as descobertas de Coleman (1990), devemos combater a correspondência direta entre estado-providência e sociedade-providência. Em Portugal fazia-se notar uma falência do estado-providência que era colmatada por uma “(...) *sociedade suficientemente rica em relações de comunidade, interconhecimento e interajuda* (...)” (Santos, 1998; 43) ou uma sociedade-providência. Esta sociedade assenta em redes vicinais e familiares de interconhecimento, conhecimento e interajuda, por meio das quais são trocados bens e serviços sob a forma de gratidão e retorno, ou dádiva (cf. Hespanha, 1998). A atribuição mútua e substancial de apoios reforça a consciência coletiva dos portugueses, cidadãos contudo que perfazem uma densa heterogeneidade (Santos, 1998). No contexto da crise económica, acentuada fortemente, faz sentido questionar se as redes sociais são uma resposta efetiva para colmatar as lacunas gritantes do estado-providência, quanto ao seguimento profícuo das suas funcionalidades de apoio.

3. – Apresentação da empíria

3.1. – Caso de Raquel

Encontrei-a nas Famílias Anónimas (FA), grupo São Vicente de Paulo. É mãe de um toxicodependente passivo com HIV/SIDA e tem 59 anos. É casada, vive em casal e em situação de *semi-empty nest*, dois (dos três) filhos deixaram o ninho conjugal. Formou-se escolarmente até à quarta classe, do antigo sistema de ensino, e trabalha profissionalmente como empregada doméstica. Encontra-se numa situação menos favorecida no que respeita aos capitais económicos e culturais (escolarmente comprovados ou não) que possui.

Raquel frequenta as FA há 17 anos. Entrou nas FA, pois ansiava dar apoio ao filho no que diz respeito ao problema da toxicodependência. Este problema é aí avaliado como uma ‘doença de recaídas’ e, portanto, incurável. Teve conhecimento dos grupos dos Narcóticos Anónimos (NA), grupos para toxicodependentes que deixam ou deixaram de consumir drogas, com um programa semelhante às FA e cujos elementos são próximos reticularmente das FA. Alguns meses depois, o filho aderiu às reuniões dos Narcóticos Anónimos.; deixou o consumo de drogas há 16 anos, especificamente.

Do conhecimento em detalhe da sua biografia concluímos que apresenta o tipo de “redes lassas”, pois as suas redes sociais encontram-se associadas a tipos de apoios em que predominam os pequenos apoios simbólicos escassos (Attias-Donfut, 1995; Coenen-Huther, Kellerhals & Allmen, 1994; Vasconcelos, 2002, 2005). São os tipos de apoios que se salientam quer tratemos as redes amicais dentro das FA quer tratemos as redes amicais fora das FA. No entanto, quando analisamos a rede de parentesco, deixa-se notar uma restrição familiar em todos os tipos de apoios (Beck, 1992; Beck & Beck-Gernsheim, 2001; Beck, Giddens & Lash, 2000; Giddens, 1989, 1996, 2007; Lash, 2000), não obstante o conceito de família amplo, em que os vários irmãos da sua fratria se incluem no role dos familiares mais próximos.

Da restrição familiar nos apoios, e do potencial das FA, resulta que Raquel considera as redes FA a sua família, não obstante o conceito amplo das FA, em que, nas suas palavras, todos os elementos lhe são muito próximos, não existindo elementos distantes. *“Eu costumo dizer que em Famílias Anónimas arranjei uma família que nunca tive. Eu aqui tenho a minha família. A família de sangue nunca quis saber, praticamente não existe, nunca tiveram uma palavra sequer, nem ajudas, nada, absolutamente nada.”* Neste conceito amplo, aponta-se novamente para uma restrição, desta vez das FA, se não nos pequenos apoios simbólicos (diminutos) pelo menos nos grandes apoios simbólicos e materiais. É importante salientar contudo que as redes FA, aquelas que considera a sua família, lhe prestaram grandes apoios simbólicos pontuais, quando da toxicodependência do filho. As redes amicais fora das FA apresentam uma densidade reduzida e constituem-se, também aqui, em torno dos pequenos apoios simbólicos (diminutos).

A entrada nas FA permitiu-lhe substituir funcionalmente a família através do capital social *bridging*, em que os elementos das redes amicais das FA (mais e menos próximos) são considerados familiares, mediante um conceito amplo (como daqui decorre), o que se deve muito aos grandes apoios simbólicos prestados na sequência da toxicodependência do filho. Esta substituição da família aponta não somente para a importância decisiva e imprescindível das FA na sua trajetória como ainda para uma equivalente substituição do estado-providência (Coleman, 1990; Hespanha, 1998, Santos, 1998) no que respeita única e insubstituivelmente aos grandes apoios simbólicos, quando da toxicodependência do filho, e aos pequenos apoios simbólicos, como sejam o conforto psicológico e o preenchimento semanal com atividades gratificantes e gratuitas.

3.2. – Caso de Amália

Encontrei-a nas Famílias Anónimas (FA), grupo São Vicente de Paulo. É mãe de um toxicodependente passivo, tem 75 anos e é invisual, desde a adolescência. É viúva e vive só em situação de *empty nest*, os dois filhos deixaram já o ninho conjugal. Terminou o nono ano de escolaridade, está reformada e trabalhou profissionalmente, numa instituição hospitalar, como fisioterapeuta. Encontra-se numa situação medianamente favorecida no que respeita à posse de capitais económicos e culturais (escolarmente comprovados ou não).

Amália frequenta as FA há 15 anos. Entrou para as FA, quando o filho fazia o tratamento minezota – que está associado ao programa de doze passos –, pois pretendia acompanhá-lo convenientemente indo beber a uma organização que utiliza o mesmo programa de doze passos. Desde aí, o filho não voltou a consumir drogas.

Da sua biografia ressaltou uma ‘rede casualista’, pois apresenta uma rede que convoca alguns pequenos apoios simbólicos, dependentes do acaso. Os pequenos apoios simbólicos são promovidos quer pela rede de parentesco quer pelas redes amicais dentro das FA quer pelas redes amicais fora das FA. No entanto, o conceito de família amplo faz-se interagir com alguma restrição familiar nos grandes apoios simbólicos e materiais e, mesmo, nos pequenos apoios simbólicos regulares e previstos.

Daqui decorre que Amália considera que as redes FA são uma das suas famílias, até porque utiliza um conceito amplo das FA em que todos os seus elementos são muito próximos. *“(...) As pessoas [das FA] são todas tão próximas de mim que é muito difícil (...). Não sei porque eu gosto de todos, estou sempre muito próxima de todos (...)”*. Mas os tipos de apoios que encontra cifram-se nos pequenos apoios simbólicos, salvo os grandes apoios simbólicos que tiveram lugar quando da toxicodependência em recuperação (e passiva) do filho. Efetivamente, releva também, deste conceito amplo das FA, alguma restrição (das FA) nos grandes apoios simbólicos e materiais e, até, nos pequenos apoios simbólicos regulares. As redes amicais fora das FA são algo reduzidas e permitem auferir, mais uma vez, os pequenos apoios simbólicos imprevistos.

A entrada nas FA veio-lhe trazer mais uma família, segundo um conceito amplo em que todos lhe estão muito próximos. Da multiplicidade de indivíduos a que atribui o estatuto de familiares, deduz-se uma falência das suas redes nos grandes apoios simbólicos e materiais e, mesmo, nos pequenos apoios simbólicos regulares e previstos. As FA foram principais no que respeita ao problema de toxicodependência do filho e continuam a sê-lo presentemente no que concerne ao acompanhamento psicológico e mesmo físico (Amália

é invisível) e ao preenchimento semanal com atividades gratificantes, e vêm substituir estas funcionalidades de apoio do estado-providência (Coleman, 1990; Hespanha, 1998; Santos, 1998).

3.3. – Caso de Fernanda

Encontrei-a nas Famílias Anónimas (FA), grupo São Vicente de Paulo. É mãe de um toxicodependente passivo e tem 66 anos. É viúva e vive só em situação de *empty nest*, o único filho deixou o ninho conjugal. Formou-se até ao décimo segundo ano de escolaridade, está reformada e trabalhou profissionalmente como administrativa da segurança social. Encontra-se numa situação medianamente favorecida quanto à posse de capitais económicos e culturais (escolarmente comprovados ou não).

Fernanda frequenta as FA há 13 anos. Entrou para as FA, na companhia da sogra que entretanto tinha ido viver consigo, por intermédio do centro de tratamento onde o filho fez a sua última recuperação. Pretendia(m) apoiar o filho (e neto) durante e após a recuperação. Anteriormente ao tratamento, o filho viveu alguns anos na rua, não voltou a consumir drogas.

Do conhecimento em detalhe da sua biografia concluímos que apresenta o tipo de “redes prováveis”, pois as suas redes sociais encontram-se associadas a tipos de apoios em que, predominando os pequenos apoios simbólicos regulares e previstos, contam-se também alguns grandes apoios simbólicos mais irregulares e imprevistos, mas possíveis.

A sua rede de parentesco encontra-se reduzida a poucos indivíduos, devido à morte de muitos familiares próximos, e permite-lhe obter os pequenos apoios simbólicos. Nota-se também aqui uma restrição familiar nos grandes apoios simbólicos e materiais. Quando Fernanda descreve a família mais próxima, o conceito de família é amplo, apesar de acrescer poucos familiares à família de procriação. Possui redes amicais dentro das FA que promoveram e promovem os grandes apoios simbólicos pontuais, o que motiva uma substituição funcional da família, pois considera que as redes amicais das FA são a sua família (Portugal, 2006; Widmer, 2006, 2010), mediante um conceito estreito das FA em que são vagamente identificados os indivíduos mais próximos. “(...) *deram-me tanto, têm-me dado tanto, tanto, com as partilhas delas, com a maneira de perguntarem se eu estou boa, com o beijinho que me dão, com o abraço que me dão, dizerem que gostam de mim e eu ver que não estou sozinha (...)*”. As redes amicais fora das FA têm uma densidade média em que se encontraram e encontram grandes apoios simbólicos pontuais.

As FA são a sua família, mediante um conceito estreito das FA, o que deixa transpirar a importância de alguns elementos das redes FA não somente como substitutos funcionais da família mas também (e consequentemente) como alavancas positivas da sua trajetória e do seu quotidiano. As FA vêm substituir funcionalidades do estado-providência no apoio prestado quando da toxicodependência ativa do filho e, presentemente, no conforto psicológico, ocupação produtiva do quotidiano (Fernanda é secretária do grupo São Vicente de Paulo), começando a surgir, mais significativamente que nos casos anteriores, os grandes apoios simbólicos pontuais.

1.4. – Caso de Cláudia

Encontrei-a nas Famílias Anónimas (FA), grupo São João de Deus. É mãe de uma toxicodependente passiva e tem 66 anos. É viúva e vive só em situação de *empty nest*, os quatro filhos deixaram o ninho conjugal. É licenciada, está reformada e trabalhou profissionalmente como professora de Inglês. Encontra-se numa situação mais favorecida no que respeita aos capitais económicos e culturais (escolarmente comprovados ou não) que possui.

Cláudia frequenta as FA há 15 anos. Entrou para as FA, pois precisava de receber apoio para compreender, atuar perante a toxicodependência ativa da filha e, simultaneamente, apoiar a filha neste problema. Passado um ano, a filha não voltou a consumir drogas.

Da sua biografia ressaltou uma ‘rede imediatista’, pois apresenta uma rede em que os laços ou as relações sociais convocam não só os pequenos apoios simbólicos mas também os grandes apoios simbólicos (e

materiais), estando todos disponíveis imediatamente após uma solicitação. Estes tipos de apoios são (e podem ser) prestados tanto pela rede de parentesco como pelas redes amicais dentro das FA e fora das FA.

Cláudia tem uma rede de parentesco, com densidade elevada, que encerra pequenos e grandes apoios em alguns nós, tome-se o exemplo da toxicodependência da filha ou da morte do marido. Mas o seu conceito de família é estreito, pois considera que a sua família mais próxima é apenas a família de procriação. As redes FA, tendo um grau de importância imediatamente a seguir à rede de parentesco, não tomam o lugar da família. No que respeita à maneira de viver e ver as redes FA, salienta-se o capital social *bonding* (cf. Widmer, 2006, 2010). No entanto, estas redes constituem-se em torno não somente dos pequenos apoios simbólicos como ainda dos grandes apoios simbólicos, e o exemplo da toxicodependência da filha ou da morte do marido, está aqui mais uma vez presente. As redes FA estão seguramente disponíveis, em caso de necessidade, para os grandes apoios materiais, o que não acontece nos casos anteriormente descritos. As redes amicais fora das FA têm também uma densidade elevada, o que surge em qualquer natureza dos laços, e permitem obter todos os tipos de apoios, com exceção dos grandes apoios simbólicos na toxicodependência da filha. “(...) ao fim ao cabo, estes [amigos das FA] que eu conheço há 15 anos, no fundo, são pessoas que me conhecem melhor e que eu conheço melhor, do que conheço estes meus amigos de infância que eu também preso muito e de quem eu gosto muito, mas que não entraram, digamos, na parte dolorosa da minha vida, como estes.”

Efetivamente, assistimos à ocultação dos ‘consumos duros’ da filha que não foram revelados a grande parte da família nem às redes amicais fora das FA, o que não acontecia nos casos anteriores (Torres & Lito, 2008). As FA, que foram um apoio muito importante neste problema, não vêm contudo tomar o lugar do estado-providência, pois Cláudia basta-se a si própria de modo bem apetrechado economicamente.

1.5. – Caso de Ricardo

Encontrei-o nas Famílias Anónimas (FA), grupo São João de Deus. É pai de um toxicodependente passivo e tem 72 anos. É casado, vive em casal e em situação de *empty nest*, os dois filhos deixaram o ninho conjugal. É licenciado e está reformado, mas continua a trabalhar profissionalmente como administrador de uma editora. Encontra-se numa situação muito favorecida quanto à posse de capitais económicos e culturais (escolarmente comprovados ou não).

Ricardo frequenta as FA há 17 anos. Entrou para as FA, pois procurava saber ser relativamente aos seus comportamentos na interação com o filho e ajudá-lo, durante e após o tratamento, a prevenir uma recaída, mantendo a toxicodependência passiva. Posteriormente ao tratamento, o filho não voltou a consumir drogas.

Do conhecimento em detalhe da sua biografia concluímos que apresenta o tipo de “redes expressivas”, pois as suas redes sociais encontram-se associadas a tipos de apoios em que se salienta o expressivo no sentido em que tanto os homens como as mulheres dão apoio, mesmo fora das reuniões das FA. Estas redes sociais têm uma densidade muito elevada quer se refira a rede de parentesco, as redes amicais dentro das FA ou as redes amicais fora das FA (Attias-Donfut, 1995; Coenen-Huther, Kellerhals & Allmen, 1994; Vasconcelos, 2002, 2005).

Ricardo considera que a família mais próxima integra não só a família de procriação como também certos irmãos da fratria e os filhos e netos destes. Daqui decorre um conceito de família amplo que faz interessar este caso específico, pois no tipo de redes em questão o conceito de família é maioritariamente estreito. No entanto, Ricardo nasceu e cresceu com os irmãos no campo profundo e aí as relações sociais constituem-se em redor da confiança e da intensidade (Simmel, 1997). Apesar do conceito de família amplo, encontramos ali os grandes apoios simbólicos e materiais, os últimos não foram prestados mas é expectável que sejam em caso de necessidade, já para não falar nos pequenos apoios simbólicos.

As redes FA são avaliadas segundo um conceito estreito, no qual são definidos rigorosamente os elementos mais afins e os apoios que prestaram ou podiam prestar. Estas redes são muito densas e fonte de pequenos e grandes apoios simbólicos (e materiais). No entanto, não se denota uma substituição funcional da família (Portugal, 2006). As FA não são a sua família, ao invés, as FA são como a sua família. Isto é, os amigos

dentro das FA são tão amigos como os irmãos de sangue, mas os últimos são sangue do mesmo sangue, sendo os amigos das FA também amigos. “(...) [certos membros das FA] acompanharam-nos como se nós fossemos verdadeiramente familiares. De resto, digo-lhe que o conceito de família que eu tenho... eu tenho aqui amigos que são tão meus amigos quanto os meus irmãos de carne (...)”. As redes amicais fora das FA são muito densas e prestam todo o tipo de apoios, mas privilegiam-se os apoios que não têm que ver com a toxicodependência do filho, os graves problemas de saúde são motivo de grandes apoios simbólicos.

A toxicodependência do filho não foi um assunto discutido com a rede de parentesco ou com as redes amicais fora das FA (Torres & Lito, 2008), mas estas redes prestaram outro tipo de pequenos e grandes apoios simbólicos, sendo também passíveis de prestar grandes apoios materiais. A biografia individual que aqui se discute sofreu acentuada mobilidade social ascendente, mas as redes de relacionamento foram mantidas e incrementadas durante a trajetória, bem como os tipos de apoios existentes no seu seio. As redes FA não vêm substituir funcionalidades do estado-providência, pois este indivíduo encontra-se muito bem apetrechado economicamente.

Conclusões

Colocámos de lado a correspondência direta entre estado-providência e sociedade-providência (Santos, 1998). Concluimos que as redes sociais, senão familiares outras, vêm substituir o estado-providência no mesmo sentido em que certas redes sociais vêm substituir a rede de parentesco, o que ocorre nas famílias menos e medianamente favorecidas. É interessante conferir esta permeabilidade às redes sociais, sustentada nos teóricos do capital social (Coleman, 1990), das redes (Portugal, 2006; Widmer, 2006, 2010) e noutros (Hespanha, 1998; Santos, 1998).

No tipo “redes lassas” predominam os diminutos pequenos apoios simbólicos (cf. Bott, 1971). Os apoios da família são inexistentes, as redes amicais fora das FA são muito pouco densas (Attias-Donfut, 1995; Coenen-Huther, Kellerhals & Allmen, 1994; Vasconcelos, 2002, 2005) e as FA, apesar da considerável falência, colmatam o isolamento ou o individualismo desta mulher (Beck, 1992; Beck & Beck-Gernsheim, 2001; Beck, Giddens & Lash, 2000; Giddens, 1989, 1996, 2007; Lash, 2000). As FA são a sua família. No tipo “redes casualistas”, o número de pequenos apoios simbólicos imprevistos aumenta e os grandes apoios simbólicos são duvidosos. Continua a emergir restrição familiar, menos pronunciada, bem como restrição das FA, igualmente menos pronunciada. As FA são uma das suas famílias. É no tipo “redes prováveis” que, apesar de continuar a assistir-se a uma restrição familiar, começam a surgir, ainda que pontualmente, alguns grandes apoios simbólicos nas redes amicais dentro das FA e fora das FA. Certos membros das FA são a sua família (Portugal, 2006; Widmer, 2010). No tipo de “redes imediatistas”, ocorre uma prevalência da instituição familiar que encerra os pequenos e grandes apoios simbólicos. As redes amicais dentro e fora das FA são densas e encerram os mesmos tipos de apoios. Certos membros das FA são os seus amigos mais próximos. O tipo “redes expressivas” apresenta componentes semelhantes ao tipo de redes anterior, aumentando contudo a densidade das redes sociais e o número de apoios em questão. Certos membros das FA são como a sua família.

O conceito de família amplo é tendencialmente coincidente com restrição familiar, o mesmo acontece com o conceito amplo das FA casado com a restrição das mesmas FA, algo notório nos primeiros dois tipos ideais de redes sociais. Decidimos sublinhar o caso de Ricardo, em que o conceito de família é amplo mas faz-se acompanhar de muitos apoios e muitas redes no interior da família. Assim como o conceito estreito das FA está relacionado com os mesmos muitos apoios e muitas redes amicais dentro das FA. Desta riqueza social resulta que Ricardo procede a uma comparação da família com certos membros das FA. Importa remeter para o caso anterior em que a menor riqueza social das FA não permite que seja feita uma comparação com a família, observando-se maior prevalência da instituição familiar.

As redes FA não substituem as funcionalidades do estado-providência em qualquer tipo de redes sociais. Os apoios destas redes têm então intensidades e ritmos diferentes, que variam segundo os capitais económicos e culturais (Bourdieu, 1989, 1997). Esta constatação caminha no mesmo sentido da substituição funcional ou não da família.

Reflitamos, em primeiro plano, sobre a intensidade das ajudas/apoios das redes FA. Quando as redes FA substituem a família, então substituem funcionalidades de apoio do estado-providência, de modo pouco vigoroso mas imprescindível em diversos campos. Estamos em presença daqueles menos ou medianamente favorecidos de capitais sociais, económicos e culturais (Bourdieu, 1989, 1997). Por outro lado, quando se confere prevalência à instituição familiar, então as redes FA não substituem funções de apoio atribuídas ao estado-providência, pois estes indivíduos bastam-se a si próprios de modo muito apetrechado de capitais sociais, económicos e culturais. Mas são muito densas, vigorosas e mais prescindíveis. Em segundo plano, quanto aos ritmos das ajudas/apoios das redes FA, no primeiro caso existe uma restrição nos apoios das FA que são prestados em compassos muito espaçados. No segundo caso, estes apoios são muito frequentes e rotineiros.

A proteção social ou o apoio social que temos reconhecido ser uma das funções, missões do estado-providência vem encontrar substituição funcional nas redes FA (Coleman, 1990; Hespanha, 1998; Santos, 1998). Contudo, quando os indivíduos necessitam mais desta proteção social, sobressaem o apoio psicológico e a ocupação profícua do quotidiano, bem como os grandes apoios simbólicos no problema da toxicodependência dos filhos. Mesmo assim, as FA são imprescindíveis e foram-no quando prestaram estes grandes apoios simbólicos. Para aqueles que não precisam da proteção social do Estado por estarem em situações mais favorecidas economicamente, estas FA prestam (ou podem prestar) grandes apoios simbólicos (e materiais), em problemas de toxicodependência, em problemas de saúde graves e de morte na família (ou de necessidade de uma quantia importante de dinheiro). Como fez confirmar Putnam (2000), os indivíduos com redes FA mais densas e coesas têm mais, dão mais, relacionam-se mais e participam também mais nos problemas uns dos outros.

Os apoios do estado-providência davam continuidade às desigualdades sociais, económicas e culturais entre os géneros (Crompton, 2006). Os apoios das redes FA operam no mesmo sentido, pois estão menos presentes quanto mais os indivíduos precisam destes, isto é, quando estes apoios são realmente importantes são também menos intensos e ocorrem em ritmos menos contínuos, ainda que sejam anterior e presentemente imprescindíveis. Os grupos das FA têm-se, assim, mostrado como uma resposta efetiva para as recessões das famílias que colmata insuficiências e faltas de apoio do estado-providência. Como este as redes FA mantêm e prolongam contudo as desigualdades sociais, económicas e culturais. Em contexto de crise económica acentuada, estes apoios imprescindíveis da sociedade informal são uma resposta efectiva a tomar em conta, mas não podemos esquecer os seus efeitos perversos.

Referências Bibliográficas

- Aboim, S., & Wall, Karin (2002). Tipos de família em Portugal: interacções, valores e contextos. *Análise Social*, XXXVII (163), 475 – 506.
- Aboim, S. (2006). *Conjugalidades em mudança*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Attias-Donfut, C. (Ed.) (1995). *Les solidarités entre génération*. Paris: Éditions Nathan.
- Beck, U. (1992). *Risk society: towards a new modernity*. London, Thousand Oaks and New Delhi: Sage.
- Beck, U., Giddens, A., & Lash, S. (2000). *Modernização reflexiva*. Oeiras: Celta.
- Beck, U. (2000). *The brave new world of work*. Cambridge and Malden: Polity and Blackwell.
- Beck, U., & Beck-Gernsheim, E. (2001), *Individualization*, London, Sage.
- Bott, E. (1971). *Família e rede social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Bourdieu, P. (1980). Le capital social. Notes provisoires. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 31 (31), 2-3.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- Bourdieu, P. (1997). *Razões práticas: sobre a teoria da acção*. Oeiras: Celta.

- Burns, T., & Flam, H. (2000). *Sistemas de regras sociais: teoria e aplicação*. Oeiras: Celta.
- Castells, M. (2002). *A era da informação: economia, sociedade e cultura* (Vol. I). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Coenen-Huther, J., Kellerhals, J., & Allmen, M. (1994). *Les réseaux de solidarité dans la famille*. Lausanne : Réalités sociales.
- Coleman, J. (1988). Social capital in the creation of human capital. *American Journal of Sociology*, 94 (1), 95-120.
- Coleman, J. (1990). *Foundations of social theory*. Cambridge, Massachusetts and London: Harvard University.
- Commaille, J. e Martin, C. (1998). *Les enjeux politiques de la famille*. Paris: Bayard.
- Commaille, J. e Singly, F. (Eds.) (1997). *La question familiale en Europe*. Paris: L'Harmattan.
- Commaille, J. (1996). *Misères de la famille : question d'état*. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- Crompton, R. (2006). *Employment and the family*. Cambridge: Cambridge University.
- Escohotado, A. (2004). *História elementar das drogas*. Lisboa: Antígona.
- Giddens, A. (1989). *Runaway world*. London: Profile Books
- Giddens, A. (1996). *As consequências da modernidade*. Oeiras: Celta.
- Giddens, A. (2007). *A Europa na era global*. Lisboa: Presença.
- Hantrais, L. e Letablier, M-T (Eds.) (1996a). *Families and family policies in Europe*. London and New York: Longman.
- Hantrais, L. e Letablier M-T (1996b). *Famille, travail et politiques familiales en Europe*. Noisy-le-Grand: Presses Universitaires de France.
- Hespanha, M. J. (1998). A saúde e a velhice na sociedade-providência. In B. S. Santos (Org.). *Portugal: um retrato singular*. Porto: Afrontamento.
- Kaufmann, J-C (Ed.) (1996). *Faire ou faire-faire. Famille et services*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.
- Kellerhals, J., & McClusley, Huguette (1988). Uma topografia subjectiva do parentesco. Contributo para o estudo das redes de parentesco nas famílias urbanas. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 5, 171-189.
- Kellerhals, J. (2004). *Mesure et démesure du couple*. Paris: Payot & Rivages.
- Kellerhals, J., & Widmer, E (2007). *Familles en suisse: les nouveaux liens*. Lausanne: Polytechniques et universitaires romandes.
- Lash, S. (2000). Risk Culture. In B. Adam et al. (Org.). *Risk society and beyond. Critical issues for social theory*. London, Thousand Oaks and New Delhi: Sage.
- Neto, D. (1990). *Deixar a droga: tratamento para os anos 90*. Lisboa: Edições 70.
- Olievenstein, C., & Aron, M. (n.d.). *A droga: drogas e toxicómanos*. Lisboa: Pórtico.
- Patrício, L. (1996). *Droga de vida, vidas de droga*. (3ª ed.). Venda Nova: Bertrand.
- Portugal, S. (2006). *Novas famílias, modos antigos: as redes sociais na produção de bem estar*. Tese de Doutoramento em Sociologia. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Putnam, R. D. (2000). *Bowling alone. The collapse and revival of American community*. New York, London, Toronto and Sydney: Simon & Schuster.

- Santos, B. S. (1998). O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semi-periferia. In B. S. Santos (Org.). *Portugal: um retracto singular*. Porto: Afrontamento.
- Simmel, G. (1997). A metrópole e a vida do espírito. In C. Fortuna (Org.). *Cidade, cultura e globalização*. Oeiras: Celta.
- Sorlescu, M., Ivanescu, I., & Ivanescu, M. (2010). Implications and perspectives of the present economic crisis. *Romanian Economic and Business Review*, 5 (2), 108-117.
- Toffler, A. (1984). *A terceira vaga*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Torres, A., & Silva, F.V. (1998). Guarda das crianças e divisão do trabalho entre homens e mulheres. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 28, 9-65.
- Torres, A., & Lito, A. M. (Org.) (2008). *Consumo de drogas: dor, prazer e dependência*. Lisboa: Fim de Século.
- Vasconcelos, P. (2002). Redes de apoio familiar e desigualdade social: estratégias de classe. *Análise Social*, XXXVII (163), 507-544.
- Vasconcelos, P. (2005). Redes sociais de apoio. In K. Wall (Org.). *Famílias em Portugal*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Velho, G. (1987). *Individualismo e cultura. Notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Wall, K. (1995). Apontamentos sobre a família na política social portuguesa. *Análise Social*, XXX (131/132), 431-458.
- Wall, K., José, S. J., & Correia, S. (2002). Mães sós e cuidados às crianças. *Análise Social*, XXXVII (163), 631-663.
- Wall, K. (Org.) (2005). *Famílias em Portugal*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Widmer, E. (2006). Who are my family members? Bridging and binding social capital in family configurations. *Journal of Social and Personal Relationships*, 23(6), 979-998.
- Widmer, E. (2010). *Family configurations. A structural approach to family diversity*. Farham and Burlington: Ashgate.
- Xiberras, Martine (1997). *A sociedade intoxicada*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Zimmerman, D., & Rollner, M. (1990). The everyday world as a phenomenon. In J. Coulter (Org.). *Ethnomethodological sociology*. Harts and Vermont: Edward Elgar.